

Tendências e Mitos: Comunicar Segurança e Eficácia de Cosméticos | Opinião

Helena Margarida Ribeiro

Chelsea London Phillips/Unsplash

Rotulagens, folhetos informativos e materiais publicitários têm baseado a comunicação dos seus produtos normalmente através de:

- a eficácia de determinados ingredientes (por exemplo: “contém [ácido hialurónico](#) preenchedor de rugas”);
- a ética das empresas (por exemplo: “empresa x utiliza práticas sustentáveis”);
- e tecnologias de formulação (por exemplo: “o uso de nanoformulações permite uma maior eficácia”).

Grande parte das palavras usadas na comunicação de cosméticos tem sido utilizada para transmitir ao consumidor produtos seguros e eficazes. A lista completa da composição do cosmético é obrigatória na rotulagem e é expressa utilizando a linguagem INCI (International Nomenclature of Cosmetic Ingredients). No entanto, esta lista não é verdadeiramente perceptível pela maioria dos consumidores.

Uma das estratégias utilizadas pela indústria cosmética para transmitir segurança aos consumidores tem sido a utilização de alegações “livres de...”. No entanto, estas menções transmitem exatamente o oposto, em vez de salvaguardar e promover a tomada de decisão devidamente informada e baseada em evidência científica honesta e verdadeira.

São exemplos destas alegações: “Sem parabenos”, “Sem silicones”, “Sem Sulfatos”, “Sem óleos minerais”, etc... À luz da ciência atual, estes ingredientes são seguros, dentro de determinadas restrições, pelo que a inclusão destas menções apenas confundem os consumidores.

Pois bem! Durante o próximo ano vai ser proibido comunicar este tipo de alegações. De modo a assegurar harmonização em todo o mercado único no que diz respeito à qualificação dos produtos cosméticos foi publicado um documento europeu que fornece orientações para a aplicação dos critérios comuns estabelecido pelo Regulamento (UE) n.º 655/2013 da Comissão para "a alegação livre de" entre outras.

Para terminar, gostaria de relembrar que frases como “não testado em animais” já estão proibidas na Europa desde 2013.